



EXISTE SUCESSO NA INCLUSÃO ESCOLAR? ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES SOBRE INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS BEM-SUCEDIDAS

Gabryelle Silva Pereira¹, Letícia Fleig Dal Forno²

¹Acadêmica do curso de pedagogia, Campus Maringá - PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. PVIC - UNICESUMAR.
gabryelle.sp@gmail.com

² Orientadora, Doutora, Departamento de Pedagogia, UNICESUMAR. Bolsista Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. leticia.forno@docentes.edu.br

RESUMO

A inclusão educacional é um direito constitucional de todos e é dever do Estado, da família e da sociedade prover meios para assegurar tal direito. Para isto, é necessário levar em consideração as singularidades biológicas, sociais e comportamentais dos indivíduos, além das diversidades de aprendizagem para, então, prover uma educação significativa e universal. Contudo, o modelo educacional predominante ainda se baseia em princípios da exclusão e da homogeneização, tornando necessário a reinvenção da educação. Portanto, para o alcance dos resultados esperados o presente projeto de pesquisa refere-se a uma pesquisa de revisão de literatura, através de análise de estudos de caso, artigos e livros sobre inclusão escolar e práticas de inclusão bem-sucedidas. Posteriormente, os dados da revisão de literatura serão analisados por meio de comparação, de maneira a equiparar e encontrar semelhanças na descrição de tais práticas adotadas como bem-sucedidas. Espera-se que através dos resultados a pesquisa contribua para uma educação mais inclusiva, por meio da estruturação de informações gerais, baseadas no sucesso dessas práticas, sobre como se pode proceder em situações educativas com o fim de promover inclusão para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial; Escola inclusiva; Exclusão escolar; Inteligências múltiplas; Práticas inclusivas.

1 INTRODUÇÃO

A democratização da educação por meio de políticas e ações de inclusão trouxeram diversidade para os espaços educacionais, e pessoas que antes estavam excluídas do processo de aprendizagem formal passaram a fazer parte desse contexto (ARAÚJO, 2011). Tal avanço se deu por meio de marcos históricos e normativos que caracterizaram a efetivação do direito à educação para todos, que está assegurada pela Constituição Federal no artigo 205 (BRASIL, 1988).

Assim, até 1961 a educação de pessoas com deficiência e transtornos de desenvolvimento se deu principalmente pela via de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais (BRASIL, 2007), e somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61 foi estabelecido que o ensino dos "excepcionais" deveria acontecer preferencialmente (grifo nosso) dentro do sistema geral de ensino.



A partir da declaração de Salamanca de 1994 a inclusão escolar, em turmas regulares, de pessoas com necessidades especiais passou a ganhar força na discussão, uma vez que considera que:

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, consequentemente, à sociedade como um todo (UNESCO, 1994, p.4).

Portanto, a perspectiva que a educação assume das pessoas começa a mudar e entender que o indivíduo não é o único responsável pelas suas dificuldades. Então, surge a necessidade da alteração da dinâmica dos contextos coletivos ao mesmo tempo que se trabalha as dinâmicas individuais (SANCHES, 2011). Para isto, é necessário que as ações pedagógicas sejam coerentes com o contexto educacional que visa o acesso ao conhecimento e que o professor considere que as crianças rotuladas como “incapazes” podem possuir inteligências que se forem reconhecidas e estimuladas, contribuirão para seu desenvolvimento como indivíduos e cidadãos (SILVA; NISTA-PICCOLO, 2010).

Para Gardner (1995), uma inteligência é a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos, ou seja, um conjunto de capacidades, talentos ou habilidades, e diz que: “apenas quando expandirmos e reformularmos nossa concepção do que conta como intelecto humano seremos capazes de projetar meios mais adequados para avaliá-lo e meios mais eficientes para educá-lo” (GARDNER, 1994, p.4).

Na perspectiva de pensar uma educação que considere o indivíduo em suas particularidades e promova educação para todos, chegou-se ao problema: Quais métodos, recursos e teorias são utilizadas como base para uma inclusão educacional em uma prática bem-sucedida?

Desse modo, para o desenvolvimento desta pesquisa, que busca em práticas bem-sucedidas de inclusão educacional e inclusão escolar, os meios para que ela ocorra, tomar-se-á como base teórica a teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner (1994, 1995, 2009) em relação com as políticas de inclusão escolar no Brasil e no mundo, além da comparação de estudos de caso, disponibilizadas pela UNESCO (2000) e nos livros de Ângela Oliveira (2023) e Marco Franco e Leonor Guerra (2017). Com as hipóteses de que a) as escolas e profissionais da educação que consideram as inteligências múltiplas conseguem promover inclusão educacional para seus alunos; b) educadores que promovem inclusão fazem uso de metodologias ativas e recursos lúdicos e concretos. c) práticas bem-sucedidas de inclusão são devidamente embasadas em teorias que consideram e possibilitam aulas integradas, mediação do professor e dos pares, estimulação multissensorial e autonomia.

Este projeto vislumbra a pesquisa de um tema que está em constante atualização no cenário nacional, que é a educação inclusiva, na comparação daquilo que é descrito como prática bem-sucedida. E se dará como uma continuação da pesquisa intitulada “Diversidade de aprendizagem e inclusão educacional: compreensão de professores no processo de ensino” (PEREIRA; MEDINA; FORNO, 2022).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o alcance dos resultados esperados o presente projeto de pesquisa refere-se a uma pesquisa de revisão de literatura, de abordagem qualitativa básica e com objetivo



exploratório. A pesquisa será realizada através de análise de estudos de caso, artigos e livros de dados primários e secundários sobre inclusão escolar e práticas de inclusão bem-sucedidas.

Posteriormente, os dados da revisão de literatura serão analisados por meio de comparação, de maneira a equiparar e encontrar semelhanças na descrição de tais práticas adotadas como bem-sucedidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Almeja-se com esta pesquisa contribuir para uma educação mais inclusiva e equitativa, disponibilizando informações gerais e estruturadas sobre como se pode proceder em situações educativas com o fim de promover inclusão para todos, baseadas em práticas bem-sucedidas.

Esta contribuição primeiramente será por meio do reconhecimento das metodologias, recursos e teorias utilizadas na inclusão educacional e depois da comparação entre elas de forma a identificar semelhanças que poderão servir de base e inspiração para profissionais em contextos semelhantes de educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste projeto de pesquisa surgiu com a observação do processo da inclusão no cenário educacional. Destaca-se que em referência às práticas de inclusão educacional, pode ser difícil encontrar materiais que elenque métodos, recursos e teorias que contribuem no contexto de inclusão educacional de forma ampla, ou seja, que não é específica à um transtorno ou deficiência e que assim considera a pluralidade de indivíduos encontrada em sala de aula.

Portanto, esta pesquisa contribuirá para assegurar o direito de uma educação para todos, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), por meio da investigação de práticas de inclusão educacional bem-sucedidas. Buscando proporcionar um comparativo de tais práticas de modo a possibilitar aos profissionais da educação o acesso facilitado de informações que podem ser úteis no exercício de sua função.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. A quarta revolução educacional: A mudança de tempos, espaços e relações na escola a partir do uso de tecnologias e da inclusão social. **Educação temática digital**, Campinas, v. 12, p. 31-48, 2011.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Dispõe sobre a fixação das diretrizes e base da educação nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.



CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IV., 2017, João Pessoa. Educação Inclusiva: A influência da prática docente nos processos de inclusão em sala de aula. **Conedu**. João Pessoa: [s. n.], 2017.

SANCHES, Isabel. Do ‘aprender para fazer’ ao ‘aprender fazendo’: As práticas de educação inclusiva na escola. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, ed. 19, p. 135-156, 2011.

SILVA, Vera Lúcia Teixeira da; NISTA-PICCOLO, Vilma Leni. Dificuldade de aprendizagem na perspectiva das inteligências múltiplas: Um estudo com um grupo de crianças brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 23, n. 2, p. 191-211, 2010.